

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
COMANDO DE PREPARO



**INFANTARIA DA AERONÁUTICA**

**DCA 125 – 5**

**CONCEITO DE EMPREGO DA INFANTARIA DA  
AERONÁUTICA**

**2024**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
COMANDO DE PREPARO

PORTARIA COMPREP Nº 1.850/SPOG-50, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024.  
Protocolo COMAER nº 67200.010181/2024-82

Aprova a reedição da DCA 125-5 “Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica”.

O **COMANDANTE DE PREPARO**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 13 do ROCA 20-13 “Regulamento do Comando de Preparo”, aprovado pela Portaria GABAER nº 492/GC3, de 21 de abril de 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 75, de 26 de abril de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da DCA 125-5 “Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica”, na forma dos anexos I e II.

Art. 2º Revogar a Portaria COMPREP nº 178/COMPREP, de 3 de junho de 2019, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 99, de 10 de junho de 2019.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig PEDRO LUÍS FARCIC  
Comandante de Preparo

*Asas que protegem o País*



**ANEXO I**  
**DIRETRIZ DE CONCEITO DE EMPREGO DA INFANTARIA DA AERONÁUTICA**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Seção I**  
**Finalidade**

Art. 1º Esta Diretriz tem por finalidade estabelecer em quais Ações de Força Aérea a Infantaria da Aeronáutica pode ser empregada para contribuir com a geração das Capacidades Aeroespaciais, dentro de determinadas Possibilidades de Atuação.

**Seção II**  
**Âmbito**

Art. 2º A presente Diretriz aplica-se a todas as Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER).

**Seção III**  
**Responsabilidade**

Art. 3º É de responsabilidade da Subchefia de Preparo de Operações Terrestres (SPOT) do Comando de Preparo (COMPREP) a atualização da presente Diretriz.

**Seção IV**  
**Conceituações**

Art. 4º Os demais conceitos encontrados nesta Norma e não definidos abaixo constam no Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas (MD33-M-02), no Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01), no Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica (MCA 10-3), no Glossário da Aeronáutica (MCA 10-4) e no Glossário de Termos do Comando de Preparo (NOPREP/LEG/06A):

I - Ataque Terrestre à Distância: também conhecido como “ataque terrestre **stand-off**”, corresponde a ação ofensiva realizada a partir de posição afastada da instalação defendida, utilizando sistemas de armas com maior alcance, sem necessidade do contato direto com as forças de defesa. Normalmente, é materializado pelo emprego de fuzis de precisão, morteiros e foguetes, tendo por objetivo infringir danos, promover a inquietação ou mesmo iniciar um assalto, que se consolidará a partir da exploração do êxito inicial da ação **stand-off**;

II - Ataque Terrestre Aproximado: ação ofensiva caracterizada pela penetração do perímetro da instalação defendida;

III - Força de Pronto Resposta: fração de tropa capaz de realizar uma resposta rápida a situações críticas. Sua função é reforçar outras frações em contato com o oponente. Deve possuir organização, equipamento e treinamento para responder às situações de emergência previstas no planejamento das operações. Geralmente, são do valor Elemento. Também é conhecida como “Força de Reação Rápida”;

IV - Equipe de Reação: equipe armada e equipada, de dois a cinco militares, com capacidade de reação a alarmes em até cinco minutos; e

V - Mentalidade de Segurança: predisposição individual favorável à adoção, à colaboração e à participação em procedimentos em prol da segurança do pessoal, do material, das instalações e do conhecimento.

## **CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Seção I Contextualização**

Art. 5º A Infantaria da Aeronáutica teve sua origem em 1941, com a criação do Quadro de Oficiais de Infantaria de Guarda, composto pelos oficiais necessários ao desempenho das funções de oficial subalterno das primeiras Companhias de Infantaria de Guarda da Aeronáutica. O Decreto-Lei nº 3.930, datado de 11 dez. 1941 criou as seis primeiras Companhias de Infantaria de Guarda nas localidades de Belém, Fortaleza, Galeão, Natal, Recife e Salvador. Sua missão era “assegurar a guarda, a vigilância e a defesa imediata das bases aéreas, aeródromos, campos de pouso e estabelecimentos da Aeronáutica”. Ao longo dos anos essa missão foi ampliada passando a abranger outras atividades como contraincêndio, busca e salvamento, defesa antiaérea e operações especiais.

Art. 6º Nos termos da Lei nº 6.769, de 19 de março de 1980, a Infantaria de Guarda passou a ser denominada Infantaria da Aeronáutica. Em 1983, iniciou-se na Academia da Força Aérea, em Pirassununga-SP, o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria, que até então era ministrado na Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, em Bacacheri-PR.

Art. 7º Em 1984, 1997, 1998 e 2002, a Infantaria da Aeronáutica passou por reestruturações organizacionais, sempre com a ênfase de aumentar, paulatinamente, sua capacidade operacional, a fim de atender às demandas da Força Aérea Brasileira (FAB).

Art. 8º A Infantaria da Aeronáutica é composta por militares do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (QOIInf) e da Especialidade de Guarda e Segurança dos Quadros de Oficiais Especialistas da Aeronáutica (QOEA GDS), de Suboficiais e Sargentos (QSS SGS), de Cabos (QCB SGS) e de Soldados (QSD SGS e SSD), bem como integrantes de outros Quadros e Especialidades necessários ao funcionamento das Unidades de Infantaria (UIInf).

Art. 9º A DCA 1-1 “Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira” define diversas Ações de Força Aérea que possuem natural relacionamento com as capacidades inerentes à tropa de Infantaria da Aeronáutica, dentre as quais se destacam as seguintes:

- I - Ação Direta;
- II - Autodefesa de Superfície;
- III - Busca e Salvamento;
- IV - Busca e Salvamento em Combate;
- V - Contraterrorismo;
- VI - Defesa Antiaérea;
- VII - Guiamento Aéreo Avançado;
- VIII - Polícia da Aeronáutica;

IX - Reconhecimento Especial; e

X - Segurança das Instalações.

Art. 10. Considerando a Infantaria da Aeronáutica como o principal instrumento de combate terrestre a ser empregado pela FAB, esta Diretriz apresenta a visão estratégica sobre o emprego dessa tropa, em prol do Poder Aeroespacial.

### **CAPÍTULO III**

#### **A INFANTARIA DA AERONÁUTICA**

##### **Seção I**

##### **Características do Ambiente Aeroespacial para o Emprego da Infantaria da Aeronáutica**

Art. 11. Na maioria dos conflitos travados desde a segunda metade do século XX, o emprego do Poder Aeroespacial revelou-se decisivo graças a suas capacidades para afetar todos os campos do Poder Nacional do inimigo, tanto em conflitos simétricos, quanto em conflitos assimétricos. Uma vez que os conflitos passaram a ser decididos pelo emprego do Poder Aeroespacial, o planejamento de qualquer campanha deve considerar, dentre suas prioridades máximas, a proteção dos recursos da Força Aérea e a neutralização dos recursos da Força Aérea oponente.

Art. 12. Qualquer Força Aérea depende de considerável infraestrutura de superfície, a fim de poder conduzir atividades que abrangem desde a vigilância do ambiente aéreo e espacial até o suprimento e manutenção de aeronaves. Devido à vulnerabilidade dessas instalações e das próprias plataformas aeroespaciais, quando no solo, ações antagônicas ofensivas podem ser desencadeadas nos ambientes físico, eletromagnético e cibernético.

Art. 13. Em um conflito armado, assimétrico ou simétrico, as bases aéreas, instalações de vigilância do espaço aéreo e estruturas de comando e controle representam objetivos de primeira grandeza, em função dos recursos materiais e humanos que abrigam. Dependendo do alcance das aeronaves amigas, as pistas e os pontos de ressuprimento poderão ter de ser posicionados em locais sujeitos às ações do inimigo.

Art. 14. Ao mesmo tempo, as vulnerabilidades apresentadas pelo Poder Aeroespacial oponente podem ser exploradas, também, por Forças de Operações Especiais da Força Aérea. A baixíssima assinatura dessas tropas lhes permite ações pontuais contra alvos em condições frágeis ou vulneráveis.

Art. 15. No Brasil, os Princípios Constitucionais vigentes, relacionados a “não-intervenção”, a “defesa da paz” e a “solução pacífica dos conflitos” sinalizam que o Poder Aeroespacial, provavelmente, não será empregado em operações ofensivas antes de ser o país agredido militarmente ou ser notificado oficialmente quanto à deflagração de hostilidades. Portanto, compete à FAB estar preparada para atuar defensivamente e ser capaz de sobreviver aos primeiros ataques do oponente, o que significa priorizar a capacidade de Proteção da Força.

Art. 16. Além das operações relativas à missão constitucional de defesa da pátria, a tropa de Infantaria da Aeronáutica, devido a sua organização, equipamento e treinamento, tem a capacidade de ser empregada na missão constitucional de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e em Operações de Paz, sob a égide de organismos internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

## **Seção II**

### **Missão**

Art. 17. Conjunto de tropas terrestres, estruturado, equipado e adestrado para realizar as Ações de Força Aérea caracterizadas pelo emprego de força, na superfície ou a partir dela, a Infantaria da Aeronáutica, como tropa a pé, é capaz de operar em terrenos inacessíveis aos meios de transporte, atuar sob quaisquer condições meteorológicas e de combater corpo-a-corpo.

Art. 18. É responsável por proteger o pessoal, os conhecimentos, os equipamentos e as instalações do COMAER de ataques cinéticos terrestres, perpetrados por criminosos comuns, agentes de inteligência, sabotadores, agentes perturbadores da ordem pública (APOD), terroristas, organizações criminosas (OCRIM) e forças militares terrestres, aeroterrestres e anfíbias, por meio do emprego da força.

Art. 19. Em situação de rotina, desenvolve atividades típicas das Ações de Segurança das Instalações e de Polícia da Aeronáutica. Em situação de conflito, expande sua atuação, conduzindo medidas de Autodefesa de Superfície.

Art. 20. Na Defesa Aeroespacial, emprega seus meios antiaéreos, para dissuadir, neutralizar ou impedir ataques aéreos inimigos a áreas e pontos sensíveis de interesse da Força Aérea, além de contribuir para a vigilância do espaço aéreo e poder engajar ameaças aeroespaciais, como mísseis balísticos, mísseis de cruzeiro, armamentos inteligentes, aeronaves remotamente pilotadas e aeronaves tripuladas de asas fixas ou rotativas.

Art. 21. Nas Operações Especiais, a existência de uma Força de Operações Especiais (FOE) orgânica da Força Aérea permite liberdade de ação para iluminar alvos em ataques de projeção estratégica, efetuar o resgate de tripulações abatidas e feitas prisioneiras e executar a vigilância e o reconhecimento de instalações aeronáuticas inimigas.

Art. 22. Em todas essas áreas, a missão síntese da Infantaria da Aeronáutica é “executar ações terrestres, ofensivas e defensivas, em proveito dos meios de Força Aérea e daqueles de interesse da campanha aeroespacial, a fim de contribuir para a manutenção da soberania do espaço aéreo e para a integração do território nacional, com vistas à defesa da Pátria”.

## **Seção III**

### **Participação da Infantaria da Aeronáutica nas Ações de Força Aérea**

Art. 23. Dentre as Ações de Força Aérea elencadas pela DCA 1-1 “Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira”, as seguintes Ações requerem um segmento de combate terrestre capaz de capitaneá-las ou participar, diretamente, de sua efetivação:

- I - Ação Direta;
- II - Autodefesa de Superfície;
- III - Busca e Salvamento;
- IV - Busca e Salvamento em Combate;
- V - Contraterrorismo;
- VI - Defesa Antiaérea;
- VII - Guiamento Aéreo Avançado;
- VIII - Polícia da Aeronáutica;

IX - Reconhecimento Especial; e

X - Segurança das Instalações.

#### **Seção IV**

##### **Capacidades Militares Aeroespaciais e Ações de Força Aérea**

Art. 24. Dentre as capacidades estabelecidas pela DCA 11-45 “Concepção Estratégica Força Aérea 100” a Infantaria da Aeronáutica é fundamental para o fortalecimento da Proteção da Força, garantindo a segurança ao emprego do Poder Aeroespacial.

Art. 25. A DCA 11-45 define que o termo “Capacidade Militar” representa a aptidão de uma Força Armada para executar as operações que lhe cabem como instrumento da expressão militar do Poder Nacional. É obtida mediante a combinação de soluções organizacionais que integram as áreas de doutrina, organização, adestramento, material, tecnológica, liderança, educação, pessoal e infraestrutura. No processo para definir as capacidades requeridas por cada Força, consideram-se, basicamente, as conjunturas nacional e internacional, as potenciais ameaças ao país e o grau de risco associado a essas ameaças.

Art. 26. As Capacidades Militares Aeroespaciais são permeadas pelas Ações de Força Aérea descritas na Tabela 1 do Anexo II no que se refere à participação da Infantaria da Aeronáutica.

Parágrafo único. Algumas dessas Ações de Força Aérea encontram-se relacionadas a mais de uma Capacidade Militar Aeroespacial.

#### **Seção V**

##### **Possibilidades de atuação e Ações de Força Aérea**

Art. 27. A DCA 11-45 faz uma prospecção onde são apresentadas Possibilidades de Atuação da Força Aérea. Esses cenários orientam as Capacidades Militares Aeroespaciais desejadas. Determinadas Ações de Força Aérea estão relacionadas a certas Possibilidades de Atuação, conforme Tabela 2 do Anexo II.

#### **Seção VI**

##### **Ações de Força Aérea e áreas de atuação da Infantaria da Aeronáutica**

Art. 28. Devido ao emprego de técnicas, táticas e procedimentos, consequentemente, equipamentos similares, a fim de otimizar a necessária presteza para o emprego, a aquisição de equipamentos, a capacitação de recursos humanos e a estruturação organizacional, as Ações de Força Aérea as quais são capitaneadas ou têm a participação tácita da Infantaria da Aeronáutica agrupam-se em quatro Áreas de Atuação distintas, conforme Tabela 3 do Anexo II.

#### **Subseção I**

##### **Segurança e Defesa**

Art. 29. Segurança e Defesa (SEGDEF) é o conjunto das Ações de Força Aérea que contribui para a preservação do poder combatente da FAB. Consiste na consecução de ações defensivas e ofensivas de proteção, a fim de garantir o grau de segurança desejado das instalações, do pessoal, do conhecimento e dos equipamentos de interesse do COMAER. Abrange as Ações de

Força Aérea de Autodefesa de Superfície (ADS), Polícia da Aeronáutica (PA) e Segurança das Instalações (Seg Inst).

Art. 30. O Sistema de Segurança e Defesa do COMAER (SISDE) gerencia as atividades de SEGDEF, em tempo de paz ou de guerra. O Órgão Central do SISDE é o COMPREP.

## **Subseção II**

### **Defesa Aeroespacial**

Art. 31. Defesa Aeroespacial (D Aepc) consiste em empregar Meios de Força Aérea, incluindo os de Defesa Antiaérea (DAAe), para neutralizar ou impedir ataques aéreos inimigos às áreas e pontos sensíveis de interesse, contribuindo para Proteção da Força e de Infraestruturas críticas.

Art. 32. Em paralelo, na medida em que ocorrem engajamentos superfície-ar bem-sucedidos, a DAAe contribui diretamente para a Superioridade no Ambiente Aéreo.

Art. 33. Os meios de DAAe integram, como elos permanentes, o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA). O Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) é o Órgão Central do SISDABRA.

## **Subseção III**

### **Operações Especiais**

Art. 34. Operações Especiais (Op Esp) são operações conduzidas por forças militares, especialmente organizadas, adestradas e equipadas, visando a alcançar objetivos políticos, econômicos, psicossociais ou militares por intermédio do emprego de meios militares convencionais ou não-convencionais, em áreas hostis ou sob controle do inimigo, nas situações de crise ou de conflito armado. Abrangem as Ações de Força Aérea de Ação Direta, Contraterrorismo, Guiamento Aéreo Avançado e Reconhecimento Especial.

## **Subseção IV**

### **Busca e Salvamento**

Art. 35. Busca e Salvamento (SAR) é o conjunto de atividades destinadas localizar ocupantes de aeronaves ou embarcações em perigo, resgatar vítimas de acidentes aeronáuticos ou marítimos com segurança e interceptar e escoltar aeronaves em emergência.

Art. 36. Busca e Salvamento em Combate (CSAR) é o conjunto de atividades destinadas a localizar e resgatar tripulantes abatidos ou acidentados e pessoal militar isolado, em situação de perigo, em território hostil.

Art. 37. Os meios de SAR da Força Aérea integram o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR). O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) é órgão responsável pelo planejamento, pela normatização e pela supervisão da atividade.



## **CAPÍTULO IV**

### **AÇÕES DE FORÇA AÉREA COM PARTICIPAÇÃO DA INFANTARIA DA AERONÁUTICA**

#### **Seção I**

##### **Ação Direta**

Art. 38. Conforme a DCA 1-1 volume II, a Ação Direta (Aç Dir) consiste em empregar Meios de Força Aérea para neutralizar alvos oponentes de valor estratégico ou operacional, em áreas hostis ou sob controle do oponente, produzindo efeitos específicos sobre o Poder Aeroespacial oponente.

Art. 39. A Aç Dir caracteriza-se pelo emprego de FOE em ataques terrestres, aproximados ou à distância, de curta duração e engajamento mínimo, com vistas a destruir ou neutralizar os recursos da força aérea oponente, ou ainda, resgatar pessoas e equipamentos vitais. A infiltração e a exfiltração podem ser feitas por terra, por ar ou por mar. A ação no objetivo pode contar com apoio de fogos aéreos, navais ou de artilharia, quando o alcance desses permitir.

Art. 40. Os alvos mais comuns para as FOE da FAB são radares, aeronaves no solo ou em procedimentos de pouso e decolagem, centros de C2 e sistemas antiaéreos.

#### **Seção II**

##### **Autodefesa de Superfície**

Art. 41. Conforme a DCA 1-1 volume II, a Ação de ADS consiste em empregar Meios de Força Aérea para detectar, identificar e neutralizar ataques realizados por forças terrestres, aeroterrestres, aeromóveis ou anfíbias oponentes às Áreas Sensíveis (A Sen) e aos Pontos Sensíveis (P Sen) de interesse da Força Aérea, por meio do emprego de meios cinéticos contra alvos móveis de superfície.

Art. 42. A Ação de ADS consiste das seguintes atividades operacionais:

I - Defesa Circular;

II - Defesa em Posição;

III - Patrulha em Combate e/ou de Reconhecimento;

IV - Proteção de Meios Aéreos Desdobrados;

V - Apoio de Fogo; e

VI - Vigilância Avançada.

Art. 43. A Ação de ADS é conduzida cumulativamente com as Ações de Segurança das Instalações e de Polícia da Aeronáutica. Seu ambiente de aplicação é o perímetro externo da instalação e o espaço geográfico extramuros que abranja as possibilidades das fontes de ameaça.

Art. 44. As fontes de ameaça que requerem a Ação de ADS se caracterizam conforme a Possibilidade de Atuação. Podem ser representadas por pequenos grupos de FOE, de terroristas ou de insurgentes, realizando ataques aproximados terrestres às instalações aeronáuticas. Os ataques a aeródromos, ainda, podem ser conduzidos por forças terrestres convencionais, aeroterrestres, aeromóveis ou anfíbias de grande valor, para capturá-los, com a finalidade de utilizá-los como cabeça de ponte aérea ou para estender o alcance dos vetores aéreos do oponente.

Art. 45. A ADS se caracteriza pelo lançamento e operação de Patrulhas de Combate, de Reconhecimento e de Postos de Vigilância Terrestre, prontidão e emprego da Força de Pronta

Resposta, Apoio de Fogo para auxílio e proteção da tropa e Defesa em Posição nas principais vias de acesso à instalação defendida. Em ambientes semi-permissivos ou permissivos em situação de crise, a Defesa Aproximada de Meios de Força Aérea isolados, também constitui ADS.

Art. 46. A ADS não inclui somente meios de Infantaria da Aeronáutica, mas também meios aéreos para o apoio aéreo aproximado, reconhecimento aéreo e transporte aéreo de Forças de Pronto Resposta, bem como meios de Engenharia para as medidas de defesa passiva.

### **Seção III**

#### **Busca e Salvamento**

Art. 47. O Brasil é signatário da Convenção de Chicago de 1947 sobre Aviação Civil Internacional. Mediante essa convenção, o País, por meio da FAB, é responsável por Regiões de Busca e Salvamento, que incluem todo Território Nacional e parte do Oceano Atlântico. Essa responsabilidade implica em possuir meios, aeronaves e tripulações, para atender pedidos de socorro de aeronaves, embarcações e pessoas em perigo.

Art. 48. No desenvolvimento da Ação de SAR são desenvolvidas atividades de observação aérea, acesso ao local por técnicas especializadas, atendimento pré-hospitalar e remoção da(s) vítima(s).

### **Seção IV**

#### **Busca e Salvamento em Combate**

Art. 49. Conforme a DCA 1-1 volume II, a Ação de Busca e Salvamento em Combate (**Combat Search and Rescue - CSAR**) consiste em empregar Meios Aeroespaciais e de Força Aérea para buscar, localizar, identificar e salvar militares ou civis de interesse que se encontrem em território hostil, especialmente tripulantes abatidos ou acidentados. Em virtude do elevado risco deste tipo de Ação, geralmente faz-se necessário que o pessoal a ser resgatado possua conhecimento dos planos de comunicação e evasão, bem como dos equipamentos específicos que lhe permita ser localizado e identificado.

Art. 50. Nela são realizadas as atividades de observação aérea, acesso a área onde se encontra o evasor por técnicas especializadas; defesa aproximada da aeronave CSAR no solo; abordagem, revista e identificação do evasor; atendimento pré-hospitalar e remoção do evasor.

### **Seção V**

#### **Contraterrorismo**

Art. 51. Conforme a DCA 1-1 volume II, a Ação de Contraterrorismo (C Trr) consiste em empregar Meios de Força Aérea para neutralizar a ação de grupos terroristas, em um contexto de Garantia da Lei e da Ordem ou de Defesa da Pátria, em áreas de interesse da Força Aérea.

Art. 52. O emprego da CTrr relaciona-se a necessidade de proteger recursos da Força Aérea contra grupos ou indivíduos motivados política ou ideologicamente, especialmente, considerando a especialização necessária para operar em terminais de passageiros e no interior de aeronaves.

Art. 53. Embora não seja um alvo típico, o Brasil pode ser cenário de atos terroristas durante a realização de eventos internacionais de vulto no País. Nesses eventos, é rotineira a presença de autoridades nacionais e estrangeiras, bem como de seleções desportivas e outras pessoas de destacada importância (**Very Important People - VIP**) transitando por OM da FAB. As

infraestruturas de controle do tráfego aéreo também podem ser alvos desse tipo de ato hostil, com a intenção de inviabilizar a operação desses meios e causar um “caos aéreo”. Ainda, o pessoal, equipamentos e instalações militares podem ser alvos da ameaça terrorista com a finalidade de afetar negativamente a imagem das Forças Armadas ou do Estado Brasileiro.

Art. 54. A disponibilidade de uma tropa habilitada a atuar no C Trr, com a devida capacidade de pronta-resposta, por si, é um fator dissuasório contra ameaças desta natureza.

Art. 55. As medidas de C Trr requerem FOE especificamente organizadas, equipadas e treinadas, além de requererem apoio imediato de tropas convencionais para as medidas de isolamento e contenção da cena de ação.

Art. 56. Cabe diferenciar as medidas de contraterrorismo daquelas de caráter preventivo contra atos de terrorismo - o Antiterrorismo, que no espectro da Infantaria da Aeronáutica, são contempladas nas Ações de Força Aérea de PA e Seg Inst.

Art. 57. A Ação de Contraterrorismo caracteriza-se pelas atividades de isolamento e contenção da cena de ação; medidas de Reconhecimento; Vigilância e Inteligência; negociação; emprego de armas menos letais; emprego de atiradores táticos de precisão e entrada tática.

## **Seção VI**

### **Defesa Antiaérea**

Art. 58. Conforme a DCA 1-1 volume II, a Ação de Defesa Antiaérea (DAAe) consiste em empregar Meios de Força Aérea, a partir da superfície, para detectar, identificar e neutralizar vetores aéreos oponentes que ameacem forças amigas e Áreas (A Sen) ou Pontos Sensíveis (P Sen) de interesse da Força Aérea, por meio do emprego de meios cinéticos contra alvos aéreos.

Art. 59. Conforme MCA 335-1 “Defesa Antiaérea, o domínio do espaço aéreo e espacial é obtido por ações ofensivas e defensivas. No contexto das ações defensivas está a Defesa Aeroespacial, podendo ela ser Ativa ou Passiva. A Defesa Aeroespacial Ativa engloba as ações executadas diretamente contra os vetores aeroespaciais inimigos, em voo, para anular ou reduzir a eficiência de um ataque aeroespacial. Inclui a Defesa Aérea e a Defesa Antiaérea.

Art. 60. Conforme MCA 335-1, doutrinariamente, o Controle Aeroespacial (CAepc) subdivide-se em Operações de Contraposição Aérea e Gerenciamento do Espaço Aéreo. A ação de DAAe compõe o rol de Ações de Força Aérea desempenhadas na Operação de Contraposição Aérea denominada **Defensive Counterair** (DCA).

## **Seção VII**

### **Guiamento Aéreo Avançado**

Art. 61. Conforme a DCA 1-1 volume II, a Ação de Guiamento Aéreo Avançado (GAA) consiste em empregar Meios de Força Aérea para coordenar, a partir do solo, o ataque de aeronaves contra alvos inimigos.

Art. 62. Seus operadores podem utilizar designadores laser ou outros equipamentos para guiar armamentos ar-superfície; ou, ainda, usar radiocomunicadores e sinalizadores para orientar a rota das aeronaves até o lançamento de sua carga bélica contra o objetivo.

Art. 63. A Ação de GAA contribui para as capacidades de “Projeção Estratégica do Poder Aeroespacial” e de “Superioridade nos Ambiente Aéreo e Espacial”. No primeiro caso, equipes em terra podem assinalar alvos estratégicos que precisam ser neutralizados com precisão, evitando

danos colaterais. No segundo caso, a interdição do poder aeroespacial oponente em terra contribuirá para a obtenção do Controle do Ar.

Art. 64. De acordo com a dimensão de um ataque de superfície a uma instalação aeronáutica e a disponibilidade de aeronaves de ataque ao solo na região específica, esses vetores aéreos podem ser empregados no Apoio Aéreo Aproximado à ADS.

### **Seção VIII**

#### **Polícia da Aeronáutica**

Art. 65. Conforme a DCA 1-1 volume II, a Ação de PA consiste em empregar Meios de Força Aérea para manter a lei e a ordem no interior de instalações militares ou em áreas de interesse da Força Aérea.

Art. 66. A Ação de PA consiste das seguintes atividades operacionais:

I - Bloqueio e Controle de Vias;

II - Busca e Apreensão;

III - Controle de Distúrbios;

IV - Controle de Trânsito;

V - Emprego de Cães de Guerra;

VI - Escolta de Batedores, Motorizada e Fluvial;

VII - Guarda de presos disciplinares, à disposição da Justiça e prisioneiros de guerra;

VIII - Medidas de Controle no Solo;

IX - Motopatrulhamento;

X - Perícia Criminal no âmbito da Aeronáutica;

XI - Policiamento Montado e Ostensivo;

XII - Posto de Segurança Estático; e

XIII - Segurança e Proteção de Autoridades.

### **Seção IX**

#### **Reconhecimento Especial**

Art. 67. Conforme a DCA 1-1 volume II, a Ação de Reconhecimento Especial (Rec Esp) “consiste em empregar Meios de Força Aérea, em ambientes longínquos, hostis ou sob controle do inimigo, para obter ou confirmar, a partir do solo, conhecimentos específicos sobre o Poder Aeroespacial oponente.

Art. 68. No âmbito da FAB, o Reconhecimento Especial caracteriza-se pela infiltração de FOE, por terra, ar ou mar, em área dominada pelo inimigo; atividades de Vigilância, Reconhecimento e Inteligência; e exfiltração.

Art. 69. Apesar dos sofisticados meios de sensoriamento remoto atuais, alguns dados só podem ser obtidos, oportunamente, por observação visual ou por outros métodos de coleta e busca de informações na área do alvo, com repórter imediato.

Art. 70. São missões típicas de Rec Esp:

- I - reconhecimento de alvos;
- II - cronometragem do tempo de reação das defesas aéreas do oponente;
- III - identificação de simulacros em suas bases e instalações; notificação oportuna sobre a decolagem de surtidas inimigas;
- IV - levantamento do armamento e equipamento transportado pelas aeronaves inimigas; e
- V - relatório dos danos infringidos ao inimigo após ataques.

## **Seção X**

### **Segurança das Instalações**

Art. 71. Conforme a DCA 1-1 volume II, a Ação de Seg Inst consiste em empregar Meios de Força Aérea para assegurar, em caráter rotineiro, a integridade do patrimônio e das instalações de interesse da Força Aérea

Art. 72. A Ação de Seg Inst consiste das seguintes atividades operacionais:

- I - Controle de acesso;
- II - Guarda;
- III - Rondas Internas; e
- IV - Vigilância Eletrônica.

Art. 73. A Seg Inst é composta por medidas ativas e passivas de segurança física, que têm o objetivo de garantir a integridade de instalações aeronáuticas, no que compreende a salvaguarda do pessoal, das instalações, dos equipamentos, da funcionalidade e do conhecimento da Força Aérea.

Art. 74. A difusão da “Mentalidade de Segurança” por todo o pessoal do COMAER, incluindo os funcionários civis, permite que cada um seja capaz de detectar e saiba comunicar qualquer ato suspeito que possa comprometer a segurança da instalação onde trabalha ou pela qual transite.

Art. 75. A Seg Inst é desempenhada para contrapor ações antagônicas que variam de delitos promovidos por pessoal interno a eventuais ações protagonizadas por APOP ou OCRIM, sendo pertinentes, também, as ações antagônicas de espionagem, de sabotagem e de terrorismo.

Art. 76. Para proteger o patrimônio, é requerida uma infraestrutura adequada e pessoal especializado. A infraestrutura requer barreiras e arruamentos perimetrais, iluminação de proteção, postos de controle de acesso, guaritas reforçadas, vigilância eletrônica, viaturas operacionais, aeronaves remotamente pilotadas e uma rede rádio dedicada.

Art. 77. O pessoal especializado deve ser reduzido ao máximo, sendo empregado apenas no monitoramento da vigilância eletrônica e do controle de acesso, em sentinelas de meios de altíssima criticidade (Ex: paióis com munição ou armamento de interesse das OCRIM, aeronaves presidenciais, de Controle Aéreo Antecipado, de defesa aérea em alerta e Reabastecedoras) e em Equipes de Reação, com alta mobilidade, poder de fogo, capacidade de aquisição de alvos, capacidade de comando e controle (C<sup>2</sup>) e adequada proteção balística.

## **CAPÍTULO V**

### **OUTRAS ATIVIDADES EXECUTADAS PELA INFANTARIA DA AERONÁUTICA**

#### **Seção I**

##### **Honras Militares**

Art. 78. Honras Militares são homenagens coletivas que se tributam aos militares das Forças Armadas, de acordo com sua hierarquia, e às altas autoridades civis, segundo o estabelecido no Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, traduzidas por meio de:

- I - Honras de Recepção e Despedida;
- II - Comissão de Cumprimentos e de Pêsames; e
- III - Preito da Tropa.

Art. 79. As Unidades de Segurança e Defesa (USEGDEF) têm especial capacidade de constituir Guardas de Honra, Guardas Fúnebres e alas de Polícia da Aeronáutica. As USEGDEF constituídas de frações de Motociclistas da Aeronáutica podem ser empregadas em Escoltas de Honra ou Escoltas Fúnebres.

#### **Seção II**

##### **Instrução Militar Básica**

Art. 80. A Instrução Militar Básica, na sua definição mais genérica, é a ferramenta utilizada para habilitar o ser humano ao desempenho das funções inerentes à profissão militar, tornando-o capaz de ser utilizado como agente ativo das Forças Armadas. Assim, ela é parte integrante do processo de formação e de manutenção de todo o pessoal da FAB.

Art. 81. A Instrução Militar Básica pode abranger, dentre outros, o treinamento físico profissional militar, mobilização, recrutamento, o emprego de armas de fogo individuais, a ordem unida, a legislação pertinente à vida castrense, a sobrevivência em combate, na terra e no mar e a chefia e liderança.

Art. 82. Os Oficiais dos Quadros de Infantaria da Aeronáutica e os Oficiais e Sargentos Especialistas em Guarda e Segurança, pelas suas formações especializadas e pela correlação nas áreas de conhecimento supramencionadas, têm, normalmente, especial aptidão para serem empregados na Instrução Militar.

## **CAPÍTULO VI**

### **ORGANIZAÇÃO DA INFANTARIA DA AERONÁUTICA**

#### **Seção I**

##### **Escalões de Comando**

Art. 83. As Unidades de Infantaria da Aeronáutica (UInf) são estruturadas nos seguintes Escalões de Comando:

- I - Grupo; e
- II - Esquadrão.

## **Seção II**

### **Unidades de Infantaria da Aeronáutica**

Art. 84. As UInf são organizadas de acordo com suas respectivas Áreas de Atuação, conforme Tabela 4 do Anexo II.

Parágrafo único. Além do EAS, as Equipes de Busca e Salvamento dos Esquadrões de Asas Rotativas também atuam nessa área, deixando de constar no presente quadro por não representarem UInf.

## **CAPÍTULO VII**

### **APOIO AO EMPREGO DA TROPA DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA**

#### **Seção I**

##### **Comunicação Social**

Art. 84. As Ações de ADS, PA e Seg Inst são, eminentemente, de prevenção e repressão a atos hostis dentro e nas circunvizinhanças dos aquartelamentos da Força Aérea. Esse tipo de atividade gera um contato direto entre a tropa de Infantaria da Aeronáutica e os públicos interno e externo. A conquista da confiança da população local e o desenvolvimento de uma mentalidade de segurança no público interno são decisivos para o sucesso dessas Ações. Nesse contexto, uma campanha de comunicação social explicando a razão da presença da tropa e os benefícios trazidos por ela, bem como a participação da tropa em Ações Cívico Sociais, costumam provocar uma maior aproximação entre público e tropa e uma consequente cooperação espontânea.

#### **Seção II**

##### **Assessoria Jurídica**

Art. 85. As ações realizadas em áreas não jurisdicionadas ao COMAER, como GLO, ADS e Medidas de Controle no Solo (MCS) requerem acompanhamento de especialistas jurídicos, a fim de dar segurança jurídica às ações da tropa, prestar as orientações cabíveis à população afetada por essas ações, bem como prestar um oportuno assessoramento aos comandantes de frações. A presença de uma Delegacia de Polícia Judiciária Militar na área de operações da tropa terrestre, permite uma adequada resposta às ações criminosas que tendam a afetar o cumprimento de cada missão, dando o devido encaminhamento legal a cada fato, sem exigir a desmobilização constante de efetivos de suas tarefas táticas no terreno.

#### **Seção III**

##### **Apoio de Fogo**

Art. 86. Os fogos desencadeados para auxiliar ou proteger uma tropa em combate são denominados Apoio de Fogo. Quando não for orgânico, o Apoio de Fogo pode ser de Artilharia, de Morteiros Pesados, Naval ou Aéreo (Apoio Aéreo Aproximado). As Ações de ADS e de Aç Dir podem requerer Apoio de Fogo não-orgânico. O Apoio de Fogo não-orgânico requer planejamento prévio e pessoal de ligação ou expertise interna para guiamento do fogo. Nas Ações de ADS e de Aç Dir as frações de emprego necessitam, também, do Apoio de Fogo orgânico de metralhadoras pesadas e leves, morteiros leves e médios, lança-granadas automáticas e armas anticarro portáteis.



## **Seção IV**

### **Inteligência**

Art. 87. A Atividade de Inteligência é importante para diversas Ações de Força Aérea peculiares ao emprego da Infantaria da Aeronáutica, assegurando aos comandantes o conhecimento necessário para a adequada tomada de decisão.

Art. 88. As UInf não devem restringir-se à recepção e a utilização do conhecimento difundidos pelos elos do Sistema de Inteligência da Aeronáutica (SINTAER), mas também realizar a coleta de dados para o referido sistema, bem como contribuir para a difusão oportuna das informações por ele emitidos.

## **Seção V**

### **Suporte Logístico**

Art. 89. As Unidades de Infantaria possuem reduzido ou nenhum apoio logístico orgânico. Normalmente, são apoiadas por estruturas logísticas, permanentes ou temporárias, que lhe proporcionam o suporte nas Funções Logísticas de Engenharia, Manutenção, Pessoal, Salvamento, Saúde, Suprimento e Transporte.

### **Subseção I**

#### **Função Logística Engenharia**

Art. 90. As Ações de Força Aérea de ADS e de Seg Inst requerem barreiras e arruamentos perimetrais, bloqueio de vias, iluminação de proteção, posições fortificadas, abrigos, obstáculos, camuflagem, simulacros, posições de dispersão e outros trabalhos de organização do terreno. Alguns trabalhos sumários de engenharia podem ser realizados pela tropa de Infantaria da Aeronáutica com as ferramentas de sapa e de parque de sua dotação, todavia, os trabalhos mais pesados requerem maquinário e pessoal especializado.

### **Subseção II**

#### **Função Logística Pessoal**

Art. 91. Sempre que possível, as frações de Infantaria da Aeronáutica serão apoiadas por estruturas logísticas permanentes ou temporárias. O desdobramento de frações para garantir a Segurança e Defesa de escalões avançados de estruturas logísticas de campanha, de Postos de Rearmamento e Reabastecimento Avançados, de radares móveis e de comboios, bem como o emprego isolado das FOE ou desdobramento no terreno de patrulhas de combate na ADS ou de unidades de tiro na DAAE, poderão requerer a utilização de abrigos e rações operacionais.

### **Subseção III**

#### **Função Logística Saúde**

Art. 92. O apoio de Saúde à tropa de Infantaria da Aeronáutica é prestado por uma estrutura logística, fixa ou temporária. Na ausência dessa, militares de Saúde podem ser destacados para atuarem diretamente junto à tropa.



#### **Subseção IV**

##### **Função Logística Suprimento**

Art. 93. Para os suprimentos das Classes I (subsistência), III (combustível e lubrificantes) e V (munição), nas Ações de Força Aérea de ADS, DAAE, Aç Dir, Rec Esp e GAA, as estruturas logísticas apoiadoras devem ter autonomia de suprir as frações de Infantaria da Aeronáutica para operarem isoladas por, no mínimo, 72 horas. Essa autonomia permite, nas Ações de ADS e DAAE, o desdobramento avançado para garantir a proteção aos meios logísticos e operacionais durante sua instalação em localidades sem apoio; e nas Ações de Aç Dir, Rec Esp e GAA, a independência nas ações além da Linha de Contato. As demais Classes de suprimento serão fornecidas por estruturas logísticas permanentes.

#### **Subseção V**

##### **Função Logística Transporte**

Art. 94. A mobilidade tática é muito importante para a Infantaria da Aeronáutica em todas as Ações de Força Aérea em que ela é empregada. Isso propicia velocidade, flexibilidade e alcance nas ações táticas. Dessa forma, os meios de transporte táticos de superfície para tal devem estar sob controle das UInf.

Art. 95. As frações de emprego das UInf, no cumprimento de sua missão, podem necessitar de apoio de transporte aéreo para infiltração e exfiltração de FOE, transporte de patrulhas de segurança ou da força de pronta resposta, vigilância da Área de Responsabilidade, reposicionamento de meios de DAAE, dentre outras aplicações.

Art. 96. As frações de emprego das UInf devem ser capazes de utilizar qualquer modal de transporte para seu deslocamento estratégico, com ênfase no modal aeroviário, de modo a não restringir as características de alcance, flexibilidade, mobilidade e pronta-resposta da Força Aérea. Assim, equipamentos e armamentos devem estar vocacionados para isso e a tropa, adequadamente treinada.

#### **Seção VI**

##### **Comunicações e Tecnologia da Informação**

Art. 97. A fim de permitir o trâmite das ordens e relatórios eletrônicos de comando e controle, frações de emprego desdobradas necessitam do apoio de uma infraestrutura de comunicações e tecnologia da informação no local de desdobramento.

#### **CAPÍTULO VIII**

##### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 98. As sugestões para aperfeiçoamento deste documento deverão ser encaminhadas ao COMPREP, via Cadeia de Comando.

Art. 99. Os casos não previstos nesta Diretriz deverão ser submetidos à apreciação do Comandante de Preparo.

**ANEXO II**  
**TABELAS**

Tabela 1 - Ações de Força Aérea

<b>CAPACIDADES MILITARES AEROESPACIAIS</b>	<b>AÇÕES DE FORÇA AÉREA</b>
Projeção Estratégica de Poder	Guiamento Aéreo Avançado
	Ação Direta
Superioridade nos Ambientes Aéreo e Espacial	Defesa Antiaérea
	Ação Direta
	Guiamento Aéreo Avançado
Superioridade de Informações	Reconhecimento Especial
Proteção da Força	Autodefesa de Superfície
	Busca e Salvamento
	Busca e Salvamento em Combate
	Contraterrorismo
	Defesa Antiaérea
	Polícia da Aeronáutica
	Segurança das Instalações

Tabela 2 - Possibilidades de atuação e Ações de Força Aérea

<b>POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO</b>	<b>AÇÕES DE FORÇA AÉREA</b>
Garantia da Soberania, Integridade Territorial e Defesa Patrimonial	Busca e Salvamento, Defesa Antiaérea, Polícia da Aeronáutica e Segurança das Instalações
Ajuda Humanitária/ Mitigação de Efeitos de Desastres	Busca e Salvamento, Polícia da Aeronáutica e Segurança das Instalações

<b>POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO</b>	<b>AÇÕES DE FORÇA AÉREA</b>
Crimes Transnacionais	Ação Direta, Busca e Salvamento, Busca e Salvamento em Combate, Contraterrorismo, Polícia da Aeronáutica e Segurança das Instalações
Operações GLO	Ação Direta, Busca e Salvamento, Contraterrorismo, Polícia da Aeronáutica, Reconhecimento Especial e Segurança das Instalações
Salvaguarda de bens e cidadãos brasileiros no exterior	Ação Direta, Busca e Salvamento em Combate, Contraterrorismo, Autodefesa de Superfície e Polícia da Aeronáutica
Operações de Paz	Ação Direta, Autodefesa de Superfície, Busca e Salvamento, Busca e Salvamento em Combate, Contraterrorismo, Guiamento Aéreo Avançado, Polícia da Aeronáutica, Reconhecimento Especial e Segurança das Instalações
Conflito Regional	Ação Direta, Autodefesa de Superfície, Busca e Salvamento, Busca e Salvamento em Combate, Contraterrorismo, Defesa Antiaérea, Guiamento Aéreo Avançado, Polícia da Aeronáutica, Reconhecimento Especial e Segurança das Instalações
Conflitos Externos ao Brasil na América Sul	Ação Direta, Autodefesa de Superfície, Busca e Salvamento, Busca e Salvamento em Combate, Contraterrorismo, Defesa Antiaérea, Guiamento Aéreo Avançado, Polícia da Aeronáutica, Reconhecimento Especial e Segurança das Instalações

Tabela 3 – Ações de Força Aérea e Áreas de Atuação da Infantaria da Aeronáutica (INFAER)

<b>AÇÕES DE FORÇA AÉREA</b>	<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO DA INFAER</b>
Autodefesa de Superfície	Segurança e Defesa
Polícia da Aeronáutica	
Segurança das Instalações	
Defesa Antiaérea	Defesa Aeroespacial
Ação Direta	Operações Especiais
Contraterrorismo	
Guiamento Aéreo Avançado	
Reconhecimento Especial	

<b>AÇÕES DE FORÇA AÉREA</b>	<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO DA INFAER</b>
Busca e Salvamento	Busca e Salvamento
Busca e Salvamento em Combate	

Tabela 4 - Unidades de Infantaria da Aeronáutica

<b>ÁREAS DE ATUAÇÃO</b>	<b>UNIDADES DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA</b>
Segurança e Defesa	Grupos de Segurança e Defesa (GSD)
Defesa Aeroespacial	Grupos de Defesa Antiaérea (GDAAE)
Operações Especiais	Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS)
Busca e Salvamento	Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS)*